Política econômica em um contexto de crise internacional: o uso e o abandono das políticas anticíclicas e suas consequências para a economia brasileira.

Giovanna Minink Villa*, Bruno Martarello de Conti.

Resumo

O trabalho tem como intuito analisar as distintas políticas macroeconômicas anticíclicas que foram utilizadas para conter os efeitos e impactos da crise mundial de 2008. Tal análise abrange o período de mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva até meados do segundo mandato de Dilma Rousseff.

Palavras-chave:

Macroeconomia, anticíclica, crise.

Introdução

A quebra do banco Lehman Brothers nos Estados Unidos, em Setembro de 2008, trouxe uma das crises financeiras com maiores impactos sobre a economia mundial da história recente e que logo se metamorfoseou e espalhou por vários países. A princípio, notava-se na economia brasileira certa resiliência diante da crise, explicada, em grande medida, pela dinâmica de crescimento do Brasil que estava pautado amplamente na crescente demanda doméstica e no período de crescimento do comércio internacional antecedente à crise.

Porém, a sustentação desse crescimento só foi verificado até meados de 2010. A partir de 2011, observou-se uma redução drástica da taxa de crescimento da economia brasileira. As políticas econômicas que estavam em vigor até então foram reformuladas numa tentativa por parte do governo de alavancar o investimento. Diversos autores divergem quanto aos motivos que levaram a essa inversão do cenário econômico. Alguns acreditam que o período de recessão veio devido à erros nas políticas monetárias, macroprudenciais e fiscais. Outros alegam que apenas fatores externos tenham atuado contra o bom funcionamento da economia.

Resultados e Discussão

O começo dos anos 2000 foi marcado por uma mudança significativa na conduta econômica e política do país. Com a eleição, em 2002, do ex-presidente Lula, uma nova fase de crescimento e desenvolvimento iniciava-se e estava largamente determinado pelo consumo. Com o advento da crise, este modelo foi reforçado e ampliado. A manutenção da demanda agregada era o ponto focal e, para isso, a política fiscal teve papel importante. Além disso, o aumento do poder de compra também foi possível graças ao aumento do crédito às pessoas físicas, às melhorias na distribuição de renda devido ao aumento do salário mínimo e à programas de transferência de renda (como o Bolsa Família).

Assim, as medidas anticíclicas adotadas basearam-se simultaneamente no aumento da despesa pública, na oferta de crédito público e na redução da taxa de juros.

Esse panorama de desenvolvimento não se sustentou após 2010 e a partir de então as taxas de crescimento da economia começaram a cair.

Algumas linhas de pensamento acreditam que isso só ocorreu devido à decisão do governo de frear a demanda agregada, uma vez que o intuito era que o crescimento fosse puxado pelo investimento e não mais pelo consumo, numa tentativa de implantação de um projeto desenvolvimentista. Para isso, políticas contracionistas foram postas em ação, como o aumento na taxa de juros e políticas macroprudenciais para conter o crédito e restringir o consumo.

Divergindo do que foi posto acima, outros autores defendem que a raiz dos problemas continua sendo, em primeiro lugar, a crise financeira de 2008 e o agravamento do cenário internacional devido aos seus desdobramentos e, de maneira secundária, os erros na conduta doméstica.

Gráfico 1. Taxa de crescimento anual do PIB a preços de mercado com base em moeda local

Fonte: World Development Indicators – World Bank

Conclusões

Por mais que as explicações sejam diversas, o fato é que a economia brasileira reduziu seu dinamismo de forma bastante intensa nos últimos anos. Este momento recessivo causa desconfiças tanto dos empresários quanto dos consumidores, fazendo com que a economia continue estagnada.